

3. Fundamentação teórica

Neste capítulo, são sintetizados os princípios da abordagem sistêmico-funcional, tomados como fundamentos teóricos da presente pesquisa. São apresentadas, em primeiro lugar, as linhas gerais da estrutura e funcionamento da linguagem segundo essa perspectiva. Em seguida, nas seções de 3.1 a 3.3, expõe-se e discute-se a conceituação das categorias estruturais fundamentais do modelo, com destaque para os problemas de sua aplicação ao português, e com ênfase nos detalhes de maior interesse para a questão específica em exame.

A abordagem sistêmico-funcional da linguagem, conforme exposta em Halliday (1979), parte do princípio de que linguagem e sociedade são uma concepção unificada, e precisam ser investigadas e compreendidas como um todo: não há homem social sem linguagem, e não há linguagem sem homem social. A linguagem sempre ocorre em contextos sociais; uma sociedade, por sua vez, não consiste em participantes, mas em relações, as quais definem papéis sociais. É o intercâmbio lingüístico com o grupo que determina os papéis sociais dos indivíduos e os modela como “pessoas”.

Busca-se explicar, então, a natureza e a organização interna da linguagem em termos das funções que ela serve na vida social. Halliday (1979) identifica quatro funções gerais que a linguagem tem de cumprir em qualquer cultura:

- a. interpretar o conjunto de nossa experiência;
- b. expressar certas relações lógicas elementares;
- c. expressar nossa participação na situação de discurso; e

d. ser capaz de fazer tudo isso simultaneamente, organizando-se como discurso relevante.

As duas primeiras funções enumeradas – experiencial e lógica – são reunidas como componentes da função denominada ideacional. A terceira e a quarta denominam-se, respectivamente, interpessoal e textual, sendo esta última considerada uma função habilitadora (“enabling” já que é ela que permite que as demais se realizem em forma de texto, ou seja, de discurso relevante num dado contexto).

Hasan (Halliday e Hasan 1989) observa que outras abordagens propostas para as “funções da linguagem” desenvolvem, em geral, uma perspectiva externa

à linguagem em si, enfocando as ações feitas através da linguagem. Para Halliday, no entanto, as funções referidas são constituintes da própria estrutura interna da linguagem, estão incorporadas, entretecidas no próprio sistema lingüístico – daí a referência a elas como “metafunções”. Suas exigências moldaram a forma da linguagem e fixaram o curso de sua evolução – de modo análogo ao que ocorre com qualquer ferramenta criada pelo homem para satisfazer suas necessidades (Halliday e Hasan 1989: 44). As três metafunções estão configuradas como componentes do sistema semântico da língua, e formam a base da organização gramatical, já que a tarefa da gramática é codificar, em estruturas articuladas, os significados que derivam dessas funções. Enquanto em outras abordagens procura-se determinar qual é a função predominante numa dada mensagem, na perspectiva de Halliday cada frase representa uma codificação simultânea de conteúdos semânticos associados às três metafunções: a oração como reflexão (ou representação), a oração como ação (ou troca), a oração como informação (ou mensagem) 

O produto das escolhas efetuadas pelo falante nas três metafunções é o texto, definido como a unidade básica do processo semântico. O texto representa escolha no sentido de que é potencial de significado realizado; ou seja, texto é o que é dito, selecionado do conjunto total de opções do que pode ser dito. Textos ganham vida incrustados em contextos de situação, de tal modo que as noções de texto e contexto são inseparáveis: texto é linguagem que opera num contexto de situação, e contextos são, em última análise, construídos pela gama de textos produzidos no interior de uma comunidade (Halliday e Hasan 1989: 117).

O contexto de situação é, portanto, um dos construtos teóricos centrais da abordagem sistêmico-funcional. Um tipo particular de situação é interpretado como uma estrutura semiótica, representada como um complexo de três dimensões: a atividade social em curso (campo), as relações entre os papéis sociais envolvidos (relações), e o canal simbólico, o papel atribuído à linguagem (modo). Uma especificação adequada do contexto em termos dessas dimensões, levando-se em conta somente os traços relevantes para o discurso que está sendo produzido, permite fazer predições sobre as propriedades semânticas de textos associados a ele.

Para isso, é necessário um nível intermediário, que permita explicar as relações entre a situação e o texto. Esse nível é a variedade do texto, ou registro.

Halliday (1979) observa que muitos estudos da variação lingüística limitam-se à constatação de que a linguagem varia com a situação, sem desenvolver o ponto teoricamente importante, que é identificar que tipos de fatores situacionais determinam que tipos de seleção no sistema lingüístico. O conceito de registro constitui uma explicação para esse ponto por representar a correlação entre cada uma das variáveis da situação e cada uma das metafunções componentes do sistema semântico. Assim, a variável campo determina seleções na metafunção ideacional, as relações determinam escolhas na metafunção interpessoal, e o modo, na textual.

É importante salientar que Halliday define registro semanticamente: registros (ao contrário de dialetos) não são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa; são maneiras de dizer coisas diferentes (Halliday 1994b: 137). Assim, o registro é visto como o potencial de significado passível de ser trocado pelos participantes num determinado contexto, uma configuração específica de recursos semânticos que um membro de uma cultura associa com um tipo de situação; em síntese, uma variedade semântica da qual o texto pode ser considerado um exemplar. Naturalmente, o registro é reconhecido como uma seleção particular de palavras e estruturas, já que cabe ao sistema léxico-gramatical realizar (ou codificar) os conteúdos do sistema semântico. No entanto, os traços léxico-gramaticais que coocorrem num registro o fazem por razões semânticas. Um exemplo dessa concepção de registro aplicada à análise da variação lingüística é Biber (1988), que analisa um grande número de textos em inglês escrito e falado, e identifica padrões de coocorrência de traços lingüísticos, interpretados em termos de dimensões funcionais ao longo das quais os textos variam.

O conceito de “realização”, discutido mais profundamente em Halliday (1992), é fundamental na abordagem sistêmico-funcional. A linguagem é vista como um sistema estratificado, no qual, em termos simplificados, cada nível realiza as estruturas do nível anterior. Assim, o nível léxico-gramatical realiza as estruturas do nível semântico, ou seja, codifica tais estruturas, traduzindo-as numa configuração concreta de palavras e relações gramaticais, a qual é, por sua vez, realizada pelo nível fonológico/fonético. Os três componentes do nível semântico – o textual, o interpessoal e o ideacional – são, desse modo, simultaneamente codificados em cada configuração léxico-gramatical específica. Ou, reversivelmente, o significado de uma determinada configuração léxico-

gramatical corresponde ao conglomerado dos significados selecionados do potencial semântico de cada uma das três metafunções.

É por esse prisma que VPA e VPS são estudadas na presente pesquisa. Suas semelhanças e diferenças semânticas, já apontadas em outros trabalhos, são aqui enfocadas como mapeamentos léxico-gramaticais específicos de significados oriundos das três metafunções. Para determinar quais são esses significados e, assim, poder descrever adequadamente as semelhanças e diferenças entre as referidas estruturas, faz-se necessário examinar as metafunções e suas respectivas funções estruturais.

3.1. A oração como mensagem – Metafunção textual

O que dá à oração seu caráter como mensagem, segundo Halliday (1994a: 37), é a estrutura temática, em que um status especial é atribuído a uma de suas partes. Um elemento da oração, enunciado como Tema (grafado com inicial maiúscula, por ser uma função estrutural), combina-se com o restante, de modo que as duas partes juntas constituem uma mensagem. O Tema é o ponto de partida da mensagem, aquilo a que a oração se refere, enquanto o restante da mensagem, a parte em que o Tema é desenvolvido, é o Rema. Tais conceitos não são equivalentes aos de dado/novo e tópico/comentário, embora os constituintes oracionais que realizam essas diferentes estruturas tendam a coincidir, conforme exposto em 3.1.1. Uma parcela do significado de qualquer frase repousa em qual elemento é escolhido como seu Tema.

A estrutura é expressa pela ordem, sendo o Tema colocado antes do Rema. Para Halliday (1994a: 38), a primeira posição oracional não é o que define o Tema, e sim o meio pelo qual essa função é realizada na gramática do inglês e de muitas outras línguas.

Trata-se aqui da distinção, característica da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), entre critério de definição e critério de identificação (ou reconhecimento). Hasan e Fries (1997a: xvi) identificam o primeiro ao valor semântico de uma categoria léxico-gramatical, e o segundo a suas propriedades formais, salientando que, na perspectiva sistêmico-funcional, não há categorias descritivas puramente “formais” ou puramente “nocionais”, uma vez que a função dos recursos léxico-gramaticais é codificar significados, e estes, por sua vez, só ganham existência a partir de tal codificação.

Possivelmente por esse motivo, o critério de identificação, com frequência, passa a ser tomado como a própria definição da categoria (p.ex. “(...) the Theme always comes first – ‘Theme’ is simply the label that we use to suggest what meaning is attached to first position in the clause.”¹ Halliday 1994a: 53).

O elemento que é tipicamente escolhido como Tema depende da escolha do modo oracional. Assim, em inglês, em orações declarativas, o Tema típico, ou não marcado, coincide com o Sujeito (p.ex. *Bears eat honey* – *Ursos comem mel*); em orações interrogativas, é formado pelo operador verbal finito seguido do Sujeito (no caso de interrogativas de polaridade sim/não – p.ex. *Do bears eat honey?* – *Ursos comem mel?*), ou pelo elemento *wh*- (pronome ou advérbio interrogativo, no caso de interrogativas abertas – p.ex. *What do bears eat?* – *O que ursos comem?*); finalmente, em orações imperativas, o Tema não-marcado é o próprio verbo – o Predicador (p.ex. *Eat!* – *Coma!* – exemplos de Halliday 1994a: 43).

No entanto, outros constituintes, além daqueles típicos em cada modo, podem ser escolhidos como Tema. Nesse caso, são Temas marcados, que usualmente expressam algum tipo de contexto para a frase, ou expressam um traço de contraste (p.ex. *This responsibility we accept wholly.* – *Essa responsabilidade nós aceitamos inteiramente.* idem, p.44; *That I could do without.* *Isso eu poderia passar sem.* idem, p.45). Quando isso ocorre, o elemento que teria sido a escolha não-marcada como Tema passa a fazer parte do Rema.

Um Tema pode ser simples, se é formado por um só constituinte – ainda que este tenha estrutura interna complexa – ou múltiplo, se inclui dois ou mais constituintes. Temas múltiplos ocorrem quando a oração inclui um ou mais elementos de natureza textual ou interpessoal que são colocados em primeira posição obrigatoriamente ou de modo fortemente preferencial. Por exemplo, na oração *on the other hand, maybe on a weekday it would be less crowded* (*por outro lado, talvez num dia de semana estivesse menos cheio*), os constituintes *on the other hand*, de natureza textual, e *maybe*, de natureza interpessoal, integram o Tema, além do constituinte *on a weekday*, de natureza ideacional. Sendo a atribuição da primeira posição àqueles elementos altamente codificada (o que significa que a possibilidade de escolha é inexistente, ou mínima), sua “força”

¹ (...) o Tema sempre vem primeiro – “Tema” é simplesmente o rótulo que usamos para definir que significado está ligado à primeira posição na oração.

como Tema é enfraquecida, e parte do potencial temático da oração pode ser assumida por outro(s) elemento(s). É necessário, portanto, ter um critério para decidir onde o Tema termina ou, em outras palavras, qual é o limite entre o Tema e o Rema.

Tal critério é estabelecido em referência ao sistema de transitividade, que ativa a frase como representação (ver 3.3). Representação, para Halliday, é um modelo da experiência humana em termos de processos que ocorrem a nossa volta e dentro de nós. Tal modelo inclui o processo em si, os participantes e os fatores circunstanciais. O Tema sempre contém um, e apenas um, desses elementos experienciais – denominado Tema topical. Assim, o Tema se estende do início da oração até, inclusive, o primeiro elemento que tem uma função na transitividade, ou seja, o Tema de uma oração consiste no Tema topical junto com tudo mais que venha antes dele, uma vez que os elementos que podem integrar o Tema aparecem numa ordem fixa. No exemplo citado no parágrafo anterior, o Tema topical é *on a weekday*.

Há estrutura temática em todas as orações que expressam modo e transitividade, sejam elas independentes ou não, e a escolha dos Temas das orações desempenha um papel fundamental na maneira como o discurso é organizado, na forma de desenvolvimento do texto. No entanto, nem a definição de Tema, nem seu critério de identificação são isentos de problemas.

Hasan e Fries (1997a: xxvii-xxix) afirmam que a definição de Tema como “ponto de partida”, assim como outras equivalentes na GSF, ainda necessita ser clarificada, tornada mais concreta, e apontam as dificuldades práticas que existem nesse sentido. Em resumo, segundo os autores, não é fácil, no momento presente, ver como as variadas funções que a seleção de Temas tem na economia do texto possam ser relacionadas à condição de “ponto de partida do que o falante vai dizer”.

Quanto ao critério de identificação, se, por um lado, o conceito de “posição inicial” pode ser claramente definido como o primeiro constituinte da oração com alguma função experiencial (isto é, alguma função no sistema de transitividade), conforme propõe Halliday, por outro lado, a coocorrência de mais de um Tema topical marcado torna a questão bem mais complicada (idem, pp. xxxiii-xxxviii).

Assim, por exemplo, em *last year I bought those same shoes for eighty dollars in LA* (no ano passado, eu comprei aqueles mesmos sapatos por oitenta dólares em LA), o Tema topical marcado (isto é, que não é Sujeito) é *last year*, ficando o restante da oração no Rema. No entanto, pode haver mais de um constituinte sintático na função de Tema topical marcado, como em *last year in LA I bought those same shoes for eighty dollars* (no ano passado em LA, eu comprei aqueles mesmos sapatos por oitenta dólares). Uma posição tomada entre lingüistas sistêmico-funcionais é admitir que tal iteração de temas topicais marcados é possível desde que todos eles estejam combinados às funções de Adjunto/Circunstância. Entretanto, não é difícil imaginar (embora não esteja claro se tais exemplos efetivamente ocorrem em inglês) casos em que vários Temas topicais marcados ocorrem combinados com diferentes funções do sistema de modo, como *last year in LA those same shoes I bought for eighty dollars* (no ano passado em LA, aqueles mesmos sapatos eu comprei por oitenta dólares), em que *last year* e *in LA* têm função de Adjunto, porém *those same shoes* tem função de Complemento.

Casos assim dificultam a definição precisa da “posição oracional inicial” e sugerem que o elemento Sujeito é decisivo nessa definição, já que em todos eles o Tema topical marcado precede o Sujeito. É proposto, então, o seguinte critério, em dois passos, para determinar a extensão do Tema:

- (i) Everything up to and including the element Subject is Theme so long as there is no marked topical Theme (...);
- (ii) Everything up to and excluding Subject is Theme so long as there is a marked topical Theme (...).² (Hasan e Fries 1997a: xxxvi)

Há posições alternativas a essa, como a de considerar que o Sujeito sempre deve ser tratado como temático, esteja ou não precedido de Tema marcado. Quanto a essa solução, é perfeitamente pertinente a crítica de que ela tornaria logicamente impossível a dissociação entre Sujeito e Tema e, portanto, impossibilitaria, também, verificar se há algo que um constituinte possa “fazer” (no sentido de contribuir para a construção do significado) em virtude de ser Tema que ele não poderia fazer em virtude de ser Sujeito (Hasan e Fries 1997a: xxxvii).

² (i) Tudo até e incluindo o elemento Sujeito é Tema, desde que não haja nenhum Tema topical marcado (...); (ii) Tudo até e excluindo o Sujeito é Tema, desde que haja um Tema topical marcado (...).

A questão assume contornos específicos e ainda mais intrincados no que diz respeito ao português, como se vê adiante, em 3.1.2.

3.1.1. A definição e a funcionalidade do Tema

As diversas abordagens teóricas que se têm ocupado da forma como as línguas organizam a informação fazem uso de designações como Tópico/Comentário, Tópico/Foco, Tema/Rema, Dado/Novo, entre outras. Os conceitos relativos a esses termos por vezes sobrepõem-se, completa ou parcialmente, por vezes divergem, conforme se constata ao comparar as diferentes perspectivas teóricas. Gómez-González (2001) apresenta uma revisão crítica minuciosa e abrangente de tais abordagens, analisando os diferentes componentes dos conceitos em questão.

Examinando trabalhos filiados à Escola de Praga, à Gramática Sistêmico-Funcional e à Gramática Funcional (abordagens que qualifica de “funcionalismo moderado”, por considerarem que a função apenas afeta a forma, e não a determina, e por recorrerem a explicações tanto “da função para a forma”, quanto “da forma para a função”, ao contrário de posições ditas “extremistas” – p.13), a autora identifica três interpretações dominantes de categorias comunicativas. Em síntese, essas três interpretações e suas variantes são assim definidas (Gómez-González 2001: 57):

a. Semântica, que define Tópico/Tema como “sobre que é a mensagem” (Tema como “assunto” – “aboutness”), em três sentidos diferentes:

i. relacional, isto é, um referente que mantém uma relação de “assunto” com respeito a uma predicação oracional;

ii. referencial, ou seja, o referente que estabelece uma relação de “assunto” entre orações/enunciados individuais e o discurso como um todo;

iii. interativa, quer dizer, o que os falantes consideram como informação saliente/relevante na situação discursiva.

b. Informacional, que identifica Tópico/Tema com três diferentes tipos de “dado”:

i. relacional, representando Tópico/Tema em termos de informação dada em relação à parte focal, remática ou correspondente ao “novo” em orações/mensagens individuais;

ii. contextual, implicando que Tópico/Tema veicula informação dada conforme apresentada pelo co(n)texto, em termos de

1. recuperabilidade,
2. predizibilidade,
3. conhecimento compartilhado,
4. familiaridade assumida,
5. identificabilidade;

iii. ativado, segundo o qual Tópico/Tema é informação saliente nas mentes dos interactantes.

c. Sintática, que equipara Tópico/Tema à posição sintática inicial (interna ou externa à predicação).

A análise sintática e as relacionais (nas interpretações semântica e informacional) são centradas na mensagem e são basicamente restritas ao nível da oração. As demais interpretações são centradas no contexto e operam no nível do discurso.

Essas interpretações não apenas definem as categorias semânticas diferentemente, mas também usam critérios diferentes para sua identificação. Em várias das propostas revisadas no trabalho citado, as categorias se mostram inconsistentes pelo fato de terem sido empregados, em sua definição, componentes oriundos de abordagens diferentes. É nesse sentido, por exemplo, a crítica expressa no seguinte trecho, a respeito dos problemas encontrados nas abordagens informacionais:

One [problem] is that many of these accounts tend to mix up what are in fact two different dimensions, quoting Mathesius's definition, (a) 'that which is known or at least obvious in the given situation' and (b) 'that [...] from which the speaker proceeds' (...) The effect is that the informative status of items and their syntactic coding in initial or non-initial position are treated as if they were two different aspects of one and the same phenomenon, the given-new distinction, which leads to a number of misunderstandings. The most typical one is the automatic identification of the first part of a message as Given and the last one as New.³ (Gómez-González 2001: 43-44)

³ Um [problema] é que muitos desses tratamentos tendem a misturar o que são, de fato, duas dimensões diferentes, citando a definição de Mathesius, (a) "aquilo que é conhecido ou, pelo menos, óbvio na situação dada" e (b) "aquilo [...] de que o falante parte (...)". O efeito é que o status dos itens e sua codificação sintática em posição inicial ou não-inicial são tratados como se fossem dois aspectos diferentes de um único e mesmo fenômeno, a distinção dado-novo, o que leva a alguns equívocos. O mais típico é a identificação da primeira parte de uma mensagem como Dado e da última como Novo.

No que diz respeito à GSF, Gómez-González (2001) lembra que seu componente textual incorpora as funções linguísticas criadoras de texto/textura, ou seja, os recursos que as línguas têm para ser operacionalmente relevantes em contextos reais de situação. O componente textual da GSF pretende cobrir tanto as relações intra-sentenciais quanto as inter-sentenciais.

Ainda segundo Gómez-González (2001), Halliday usa a noção de “independência contextual” para dissociar Tema de Dado. Tema é descrito como “independente de contexto” no sentido de que é uma categoria estrutural da oração como mensagem, enquanto Dado é relacionado à noção de contexto (termo empregado, na presente tese, para designar, inclusivamente, a situação e o co-texto). Essa dissociação é uma importante contribuição da GSF em relação a outras abordagens.

Por outro lado, a GSF sofre críticas quanto à “natureza dupla” do Tema, definido simultaneamente como “aquilo de que o falante parte” (“that from which the speaker proceeds”) e “aquilo de que trata a oração” (“what the clause as a message is about”). As duas caracterizações são apresentadas como diferentes, porém equivalentes, e aparecem sobrepostas pelo menos três vezes em *An Introduction to Functional Grammar*, segundo Gómez-González (2001: 96).

A autora argumenta que as duas caracterizações podem ser conciliadas a partir da concepção de que “assunto” pode ser abordado de três diferentes perspectivas: relacional, referencial e interativa, referidas acima, que visam a diferentes fenômenos, produzem diferentes resultados e levantam diferentes problemas teóricos e analíticos. Enquanto a maioria das interpretações do Tópico alude à abordagem referencial (uma relação de assunto estabelecida entre o referente de uma oração/enunciado e o conjunto do discurso), ou à abordagem interativa (o que está em jogo num determinado ponto do discurso, na perspectiva do falante), o “assunto” no Tema sistêmico-funcional parece ter caráter relacional. As análises sistêmico-funcionais aparentemente repousam sobre o pressuposto relacional de que “aquilo de que a mensagem trata” (“assunto”) é iconicamente codificado pela posição inicial, em relação a uma predicação oracional, ou Rema (Gómez-González 2001: 118).

Na verdade, Halliday evita uma identificação direta entre a definição semântica de Tema e a posição oracional inicial (uma definição sintática), argumentando que os traços “ponto de partida” e “assunto” representam um

significado, e não realizações específicas desse significado em uma língua particular. Essa perspectiva se justifica por se tomar o Tema como um universal potencial da linguagem, uma categoria oracional funcional, ou um “princípio de organização”, embora sua expressão seja específica de cada língua (p.ex. a posição inicial na oração em inglês, o morfema *-wa* em japonês etc.). Busca-se, assim, integrar, no conceito de Tema, diferentes recursos gramaticais voltados para sua expressão, admitindo-se que o padrão Tema/Rema pode ser ou não expresso pela seqüência em que essas funções ocorrem, o que depende de a língua dispor ou não de marcas morfológicas para o status temático.

No entanto, Gómez-González (2001: 132) assinala que, para muitos analistas, nenhum dos marcadores de Tópico postulados (p.ex. *-wa* em japonês, *-ang* em tagalog e *-nun* em coreano) pode ser simplesmente equacionado com qualquer definição existente de Tópico/Tema, enquanto todas as línguas de fato exibem um Tema sintático, isto é, posição inicial interna ou externa à predicação. A autora conclui que a posição inicial é uma zona comunicativamente importante, de uma perspectiva semântico-relacional ou sintática. Ou seja, como decorrência da natureza linear da linguagem, a posição inicial codifica sintaticamente o “assunto”, definido em termos semântico-relacionais (o ponto de partida do falante estabelecendo seu ângulo sobre a experiência sendo construída), embora a relevância dessa posição varie de acordo com a estrutura morfo-sintática das línguas particulares. Como notam Hasan e Fries (1997a: xx), a postulação de universais deve levar em conta que as categorias encontradas em línguas diferentes podem ser semelhantes, mas não idênticas, e tais similitudes variam conforme o parâmetro de comparação adotado – por exemplo, a função ou as propriedades formais.

Tomando exemplos em português análogos aos de Halliday para o inglês (citados por Gómez-González 2001: 95), observa-se uma diferença semântica entre *o Pão de Açúcar é o principal ponto turístico do Rio de Janeiro* e *o principal ponto turístico do Rio de Janeiro é o Pão de Açúcar*. No primeiro caso, tem-se algo como “eu vou lhe falar do Pão de Açúcar”, enquanto o segundo implica “eu vou lhe falar do principal ponto turístico do Rio de Janeiro”, alternativas semânticas que representam uma opção a ser feita pelo falante em função do contexto.

Escolhas temáticas são representadas na GSF como “instrumentais” para outras escolhas gramaticais, auxiliando os textos a ser coerentes com respeito a si mesmos, ou seja, a ser coesivos, e a ser coerentes com respeito a seus contextos de situação, ou seja, a ser consistentes. Em termos amplos, o potencial “habilitador” do Tema na GSF é substanciado em cinco tarefas funcionais principais:

- a. prover um quadro de referência (“framework”) para a interpretação do Rema;
- b. acrescentar informação necessária para a interpretação da mensagem;
- c. ajudar (atuando negativamente) a construir a proeminência discursiva de itens (posicionar um item tardiamente em uma oração confere a ele o status de informação nova);
- d. contribuir para a continuidade ou descontinuidade do Tópico do discurso, seja desenvolvendo, seja cancelando um pressuposto que foi estabelecido no contexto prévio; e (como um corolário)
- e. atuar como um orientador para a mensagem veiculada pela oração e para as expectativas do destinatário sobre como compreender o que está por vir. (Gómez-González 2001: 97-98)

A GSF, já se observou, desvincula as noções de Tema e Dado, considerando que o primeiro é um elemento da estrutura oracional, independente do contexto, enquanto o segundo é um elemento dependente do contexto. Estabelece, no entanto (conforme especificado em *c*, acima), uma correlação entre escolhas temáticas e informativas, derivada da congruência parcial, ou coincidência, entre os padrões Dado/Novo e Tema/Rema. Essa correlação evoca o “Principle of Functional Sentence Perspective”, da Escola de Praga, segundo o qual a informação dada é normalmente posicionada antes da informação nova. A GSF aponta a tendência de o Dado (frequentemente um elemento anafórico ou dêitico), quando presente, coincidir com o Tema, e assim preceder o Novo, contido no Rema (Gómez-González 2001: 96).

Kopple (1986) fornece evidência experimental sobre a relação entre a ordem Dado – Novo e o processamento cognitivo da leitura de textos. Os sujeitos testados revelaram maior facilidade, rapidez e acuidade ao processar textos em que as orações apresentavam a seqüência Dado – Novo, do que ao processar textos cujas orações se organizavam na forma de Novo – Dado. Confirma-se, assim, a importância funcional da congruência Tema / Dado.

Em síntese, uma função importante do Tema – concebido como constituinte da estrutura da oração – é servir de forma de codificação do Dado – concebido como referente definido pelo contexto.

3.1.2. O Tema em português

Embora defina uma teoria sobre a natureza e o funcionamento da linguagem, o trabalho de Halliday se apresenta como uma gramática da língua inglesa. Portanto, a aplicação de suas categorias à descrição de outras línguas não pode prescindir de um estudo da adequação de tais categorias a cada caso particular.

Nesta seção, não se pretende propor um estudo abrangente do Tema em português, mas apenas focalizar dois aspectos do problema relevantes para a presente pesquisa: a primeira posição oracional como identificadora do Tema, e o Predicador como Tema.

Na língua inglesa, base do trabalho de Halliday, a ordem SV é relativamente fixa. Como observado acima com relação aos Temas múltiplos, Halliday (1994a: 51) afirma que, se a posição inicial é obrigatória ou praticamente obrigatória para um determinado elemento, por força de restrições sintáticas codificadas no próprio sistema, então o peso do papel temático desse elemento é enfraquecido. Ou seja, se não há uma forma alternativa disponível para o falante no sistema, a posição inicial do elemento, nesse caso, não é resultado de uma escolha, com vistas a um significado pretendido, em vez de outro. Nesse sentido, o estudo da questão da posição inicial como identificadora do Tema em línguas com ordem relativamente mais livre, como o português, representa uma importante contribuição teórica, já que, havendo escolha, há potencial para a construção de diferentes significados.

Embora em português, como em inglês, a ordem não-marcada seja SV, a ordem VS é empregada com frequência considerável. Além disso, o português admite a elipse do SN com função de Sujeito, uma vez que este é obrigatoriamente codificado na morfologia verbal. Sendo assim, é de se esperar que a escolha do verbo como Tema em português não seja tão fortemente marcada quanto em inglês, em que essa é a escolha mais altamente marcada de todas (como em *forget it I never shall* – *Esquecer isso eu nunca vou.* – Halliday 1994a: 47).

Gouveia e Barbara (2000) levam esses aspectos em conta ao estudar a questão de Temas marcados / não-marcados em português, e propõem que tanto a presença explícita do Sujeito em posição oracional inicial, quanto sua elipse, com o Sujeito codificado apenas na morfologia verbal, são Temas não-marcados. Em ambos os casos, o Tema é o Sujeito, ainda que, no caso da elipse, o verbo acabe por ocupar a posição sintática inicial. Note-se que Halliday (1994a: 63) registra a possibilidade de elipse do Tema, que ocorre, em inglês, em situações especiais. No caso do português, essa é uma alternativa freqüente. Temas marcados em português, portanto, ocorreriam em outros tipos de situação, como, por exemplo, a posposição do Sujeito ao verbo.

Os autores incluem, na situação de Tema marcado, o caso de VPS:

Other cases of marked Themes using verbs include passives where the Actor is deleted and left undetermined, or where the special use of *se* marks the verb with the 3rd person, leaving the Subject undetermined, as in the following group of examples, respectively:⁴

(19a) / **Foram assinados**, em abril de 1991, os contratos para a execução/

(...)

(19b) / **Foram ainda assinados** convênios com as prefeituras envolvidas /

(...)

(20) / **Comparando-se** dez/91 e dez/90, **observa-se** uma melhora na imagem geral do serviço /

(...)

(p.15. Exemplos numerados conforme o texto citado; transliterações para o inglês suprimidas.)

Na presente tese, porém, propõe-se que a situação de VPS é diferente da de VPA no que diz respeito à marcação do Tema. Em (19), acima, há efetivamente Temas marcados, uma vez que o Sujeito está posposto ao verbo, da mesma forma como ocorre com a posposição na voz ativa (p.ex.: *o presidente assinou um contrato / assinou o presidente um contrato*). Também da mesma forma como ocorre na voz ativa, as orações em (19) têm suas equivalentes com Temas não-marcados, na ordem SV (*os contratos foram assinados*). Aliás, o principal valor funcional da voz passiva, no quadro da GSF, é precisamente possibilitar que o participante paciente de um processo verbal assuma a função de Tema não-marcado – esse ponto é retomado e desenvolvido no capítulo 5.

⁴ Outros casos de Temas marcados usando verbos incluem passivas em que o Ator é apagado e deixado indeterminado, ou em que o uso especial de *se* marca o verbo com a 3^a pessoa, deixando o Sujeito indeterminado, como no seguinte grupo de exemplos, respectivamente:

Em VPS, ao contrário, a posição sintática “normal” para o verbo é a primeira, conforme observado no capítulo 2. Admitir que o verbo é o Tema não-marcado no caso dessa estrutura é condizente com a alta freqüência com que ele ocorre nessa posição. Mais importante, contudo, é que também permite dar conta da diferença de sentido que se observa entre a ordem SN V não-marcada e a mesma ordem marcada, na estrutura em que um verbo transitivo direto na terceira pessoa do singular é acompanhado do clítico *se*.

Assim, por exemplo,

(1a) O presidente retirou-se da sala

apresenta o sentido reflexivo, enquanto

(2a) Retirou-se o sofá da sala

tem o sentido “sujeito indeterminado”. Tais sentidos, naturalmente, são favorecidos pelos traços semânticos dos SN’s *o presidente* e *o sofá*, já que o primeiro, ao contrário do segundo, pode assumir valor agentivo. Uma inversão como

(1b) Retirou-se o presidente da sala

tende a ser interpretada no sentido reflexivo, caso em que o Tema seria marcado, com a posposição do Sujeito ao verbo. No entanto, também poderia ser interpretada no sentido “sujeito indeterminado”, de modo semelhante a (2), caso em que a ordem V SN não seria “sentida” por falantes nativos como marcada. Essa segunda possibilidade aparece mais claramente num exemplo como (3), abaixo, em que o SN *a testemunha* assume com mais facilidade o papel de paciente do que o SN *o presidente*:

(3a) A testemunha retirou-se da sala;

(3b) Retirou-se a testemunha da sala.

Por outro lado, a inversão da ordem no exemplo (2a) resulta em

(2b) O sofá retirou-se da sala,

que não pode ser interpretada reflexivamente, dados os traços semânticos do SN *o sofá*. A interpretação como “sujeito indeterminado”, por sua vez, implica o reconhecimento de que a ordem direta foi alterada, estando *o sofá* em posição marcada, tanto que a frase parece mais natural com pausa/vírgula:

(2c) O sofá, retirou-se da sala.

O que se observa quanto à oposição entre os sentidos “reflexivo” e “sujeito indeterminado” também ocorre entre este e o sentido “evento espontâneo”. Assim, por exemplo, em (4a), tem-se o sentido “alguém fez isso”, enquanto em (4b) tem-se o sentido “o evento ocorreu sem causação”, na leitura em que os Temas são não-marcados, em ambos os casos:

(4a) Cobriu-se o sofá de pó;

(4b) O sofá cobriu-se de pó.

A outra possibilidade de interpretação em cada caso acima – isto é, “evento espontâneo” em (4a) e “sujeito indeterminado” em (4b) – acarretaria considerar os Temas como marcados.

Do exame desses exemplos, conclui-se que a ordem SN V, com verbos transitivos diretos na terceira pessoa do singular acompanhados do clítico *se* é não-marcada nos sentidos “reflexivo” e “evento espontâneo”, e marcada no sentido “sujeito indeterminado”. Tal constatação se coaduna perfeitamente com a afirmação de que o Tema tipicamente não-marcado em orações declarativas em português é o Sujeito, visto que, no caso dos dois primeiros sentidos, o SN pré-verbal é efetivamente o Sujeito, enquanto no terceiro não é.

Em outras palavras, se o Tema não-marcado típico em português é o Sujeito, é de se esperar que não seja assim em VPS, já que, nessa construção, o Sujeito não é representado sintaticamente por nenhum constituinte oracional (situação que não se confunde com a elipse, mencionada acima, em que tal constituinte está implícito), ao mesmo tempo em que, semanticamente, apresenta o valor de indeterminação. Temos, nesse caso, nas palavras de Said Ali (1966:

92), “uma oração sem sujeito *gramatical*” (grifo do autor citado) – em um sentido diferente, é claro, do que ocorre com os verbos portugueses impessoais.

Propõe-se aqui, portanto, que, em VPS, o Tema não-marcado é o Predicador. O significado dessa propriedade de VPS, tomada como uma configuração estrutural disponível no componente semântico do português, é discutido no capítulo 5.

Solução semelhante – o Predicador como Tema não-marcado – talvez se possa aplicar aos verbos impessoais. Parece diferente, porém, o caso de verbos como *acontecer* e *aparecer*. Gouveia e Barbara, no trabalho supracitado, notam que esses verbos ocorrem com mais frequência com o Sujeito posposto (p.ex., *apareceu um rato no meu escritório*), e sugerem que seria preciso investigar se, nesses casos, o Sujeito anteposto ao verbo é que representaria a alternativa marcada. Uma possível explicação para a alta frequência da posição pós-verbal do Sujeito nesses casos talvez se encontre no fato de que verbos como esses são usualmente empregados para introduzir um referente no discurso. Nesse caso, o Predicador seria um Tema marcado, estando o Sujeito em posição remática precisamente por representar um elemento Novo. Apenas examinando-se essa hipótese em ocorrências contextualizadas será possível decidir se a frequência relativamente maior da posposição do Sujeito com certos verbos deve ser tomada como critério para admitir que eles apresentam um padrão temático diferente daquele dos verbos portugueses em geral, ou se seria melhor explicada em função de seus contextos mais usuais de ocorrência. Nem esse caso, nem o dos verbos impessoais são aqui analisados, por fugirem aos objetivos da presente pesquisa.

Admitindo-se, portanto, que o Tema não-marcado em VPS é o Predicador, os dois passos do critério proposto por Hasan e Fries, transcritos acima, não podem ser aplicados para determinar a extensão do Tema em português, a não ser que se faça a ressalva – talvez na forma de um terceiro passo – de que, não havendo Sujeito, é o Predicador que deve ser considerado como “ponto de corte”.

Para as finalidades da presente pesquisa, porém, não se faz necessário examinar essa possibilidade de solução. Uma vez que não foram encontradas, no corpus analisado, ocorrências com mais de um Tema topical marcado, assume-se aqui simplesmente a formulação de Halliday de que o Tema de uma oração é constituído pelo Tema topical – ou seja, o primeiro constituinte com função na

transitividade – e todos os constituintes que o antecedem. Ou seja, o Tema topical marca a fronteira entre o Tema e o Rema.

Também em função dos objetivos da presente pesquisa, não serão consideradas outras questões relevantes para o conceito de Tema, como a estrutura temática de unidades maiores e menores que a oração, ou traços prosódicos como marcadores do papel temático.

3.2. A oração como troca – Metafunção interpessoal

Simultaneamente a sua organização como mensagem, a oração também é organizada como um evento interativo que envolve falante (ou escritor) e audiência. No ato de falar, o falante adota para si mesmo um papel de fala particular e, fazendo isso, atribui ao ouvinte um papel complementar que espera que ele assuma por seu turno.

Há dois tipos fundamentais de papéis de fala: dar e pedir. Uma vez que “dar” equivale a “convidar a receber” e “pedir” equivale a “convidar a dar”, a ação de falar é uma interação em que dar implica receber, e pedir implica dar em resposta.

Dois tipos de valores podem ser trocados nessa interação: bens-e-serviços (valores não-verbais) e informações (valores verbais). Da combinação dessas categorias com os dois papéis de fala fundamentais, resultam, então, quatro funções primárias da fala: oferecimento (“dar bens-e-serviços”), ordem (“pedir bens-e-serviços”), declaração (“dar informação”) e pergunta (“pedir informação”). Em cada um desses casos, a resposta costuma ser verbalizada, acompanhada ou não de ação não-verbal, embora seja essencialmente verbal apenas no caso de pergunta.

Ao contrário de declarações e perguntas, oferecimentos e ordens não podem ser afirmados ou negados, colocados em dúvida, contraditos. Emprega-se, por isso, o termo “proposição” para designar a função semântica de uma oração na troca de informação, e o termo “proposta” para designar sua função na troca de bens-e-serviços.

O principal sistema pelo qual se realiza o significado da oração como troca é o modo (“mood”), que estabelece duas partes na oração: Modo e Resíduo. O Modo, na língua inglesa, é formado pelo Sujeito, representado por um grupo nominal, e pelo operador Finito, que é parte de um grupo verbal. Essa estrutura

pode ser ilustrada pelo exemplo abaixo, de Halliday (1994a: 74) (*o duque se desfez daquela chaleira*):

The duke	has	given that teapot away
Sujeito	Finito	Resíduo
Modo		

Tanto o Sujeito quanto o Finito são semanticamente motivados, mas trazem contribuições diferentes à oração. O elemento Finito tem a função de circunscrever a proposição, de modo a torná-la algo sobre que se pode discutir. Uma boa forma de tornar algo “argumentável” é dar-lhe um ponto de referência no aqui e agora. O elemento Finito relaciona a proposição a seu contexto no evento de fala, por um lado, estabelecendo referência ao tempo da fala (tempo primário) e, por outro lado, estabelecendo referência ao julgamento do falante (modalidade). O tempo primário corresponde a passado, presente ou futuro em relação ao momento da fala. A modalidade expressa o julgamento do falante quanto à probabilidade e obrigatoriedade envolvidos no que ele está dizendo. O elemento Finito também realiza um traço de polaridade (negativo/positivo), igualmente necessário para que algo seja “argumentável”.

O elemento Sujeito fornece algo em referência a que a proposição pode ser afirmada ou negada. É a entidade sobre a qual se faz repousar a validade da informação, ou seja, é o “responsável” pelo funcionamento da oração como evento interativo, assim como numa proposta o Sujeito especifica o responsável por realizar o oferecimento ou a ordem (Halliday 1994a: 76).

A seleção de um item como Sujeito tem, por um lado, um significado em si mesma: o falante está atribuindo a esse item o “ponto de apoio” do argumento. Por outro lado, também influi nessa seleção o fato de que o mesmo item costuma funcionar como Sujeito e como Tema, isto é, realiza duas funções simultaneamente: Sujeito na proposição e Tema na mensagem.

Os demais elementos da estrutura de modo, integrantes do Resíduo, são Predicador, Complemento e Adjunto. O Predicador, representado pelo grupo verbal menos o operador Finito, especifica tempo secundário (passado, presente e futuro em relação ao tempo primário); outros aspectos da modalidade, como parecer, tentar, esperar; a voz (ativa ou passiva), e o processo predicado do

Sujeito. O Complemento, tipicamente realizado como grupo nominal, é um elemento que tem o potencial de ser Sujeito, mas não é. O Adjunto é tipicamente realizado por um grupo adverbial ou um sintagma preposicional, e não tem o potencial de ser Sujeito.

3.2.1. O significado do Sujeito

O conceito sistêmico-funcional de Sujeito corresponde ao “sujeito gramatical” tradicional, porém reinterpretado em termos funcionais. Tal “reinterpretação” implica que o Sujeito é uma função do componente semântico, ao contrário do que parece estar implícito na abordagem tradicional, que define o sujeito como uma função sintática – portanto, formal. Segundo Halliday (1994a: 72),

The label ‘grammatical Subject’ seems to imply a grammatical function whose only function is to be a grammatical function; whereas the element in question is semantic in origin, like all other elements of the clause. The Subject is not an arbitrary grammatical category; being the Subject of a clause means something.⁵

Admitir o Sujeito como função semântica – ou seja, admitir que “ser o Sujeito de uma oração significa algo” – implica, por sua vez, situá-lo como função estrutural em uma das três metafunções do componente semântico sistêmico-funcional. Se os conceitos de Tema e Ator (ainda que suas definições não sejam isentas de problemas, especialmente no caso do primeiro, conforme exposto em 3.1.1) podem ser atribuídos de modo claro às metafunções textual e ideacional, respectivamente, não é tão simples a atribuição de um significado interpessoal ao Sujeito. As definições “elemento que fornece algo em referência a que a proposição pode ser afirmada ou negada”, “entidade sobre a qual se faz repousar a validade da informação” ou “responsável pelo funcionamento da oração como evento interativo”, mencionadas na seção anterior, são vagas.

⁵ O rótulo “Sujeito gramatical” parece implicar uma função gramatical cuja única função é ser uma função gramatical; enquanto o elemento em questão é de origem semântica, como todos os outros elementos da oração. O Sujeito não é uma categoria gramatical arbitrária; ser o Sujeito de uma oração significa algo.

Halliday (1994a) fundamenta essas definições numa argumentação baseada no papel que o elemento Modo (Sujeito + Finito) tem em respostas e “tags” na língua inglesa. Thompson (1996: 44-45), seguindo Halliday, afirma que os significados dos elementos Sujeito e Finito representam o papel especial que o Modo tem nas funções interpessoais da oração. Uma forma de examinar a oração como troca entre o falante e o ouvinte é verificar o tipo de resposta que o ouvinte pode dar à informação apresentada, uma vez que a resposta mostra como o ouvinte está interpretando o propósito da mensagem do falante. Assim, por exemplo, enunciada uma proposição como

(5a) She was sacked last week by NatWest,
(Ela foi demitida na semana passada pelo NatWest.)

o ouvinte que pretendesse discordar da validade da afirmação poderia simplesmente repetir os elementos do Modo com polaridade negativa:

(5b) No, she wasn't.

O que está sendo “transportado” de um turno da troca para o próximo é todo o restante da oração, portanto o ouvinte pode estar manifestando sua discordância com relação a qualquer parte da informação. Uma resposta como

(5c) No, they didn't.

não seria adequada a (5a), ainda que *they* se referisse ao Agente (*NatWest*). Para mudar o Sujeito, o ouvinte teria de construir uma mensagem inteiramente nova, como

(5d) No, NatWest didn't sack her. Barclays did.
(Não, o NatWest não a demitiu. O Barclays o fez.)

Thompson (1996: 45) conclui então que isso significa que o Sujeito expressa a entidade que o falante faz responsável pela validade da proposição apresentada na oração. O ouvinte pode confirmar, rejeitar, questionar ou qualificar

a validade repetindo ou modificando o Finito, mas o Sujeito deve permanecer o mesmo – caso contrário, se passará a uma nova proposição.

Essa é, basicamente, a argumentação apresentada por Halliday (1994a: 76-78) ao definir o Sujeito como o elemento em relação ao qual se coloca a validade da asserção. O Sujeito é algo em referência a que a proposição pode ser afirmada ou negada. Isso não se confunde com a noção de valor “falso” ou “verdadeiro”, mas sim representa a possibilidade de a proposição ser “negociada” entre os interlocutores. Em outras palavras, o Sujeito é o “ponto de apoio” sobre o qual o falante faz repousar o argumento.

Examinando-se exemplos em que o Sujeito varia (em estruturas marcadas, com o Sujeito dissociado do Tema), observa-se que somente o Sujeito pode figurar na “tag” e na resposta:

(6) – That teapot the duke gave to your aunt, didn't he?

– No, he didn't. He put it up for auction.

(– *Aquela chaleira o duque deu a sua tia, não deu?*)

– *Não, não deu. Ele a colocou em leilão.*)

(7) – That teapot your aunt was given by the duke, wasn't she?

– No, she wasn't. She bought it at an auction.

(– *Aquela chaleira sua tia recebeu do duque, não recebeu?*)

– *Não, não recebeu. Ela comprou num leilão.*)

(8) – To your aunt that teapot came as a gift from the duke, didn't it?

– No, it didn't. It was the first prize in a Christmas raffle. (Halliday 1994a: 77)

(– *Para sua tia aquela chaleira foi um presente do duque, não foi?*)

– *Não, não foi. Foi o primeiro prêmio numa rifa de Natal.*)

Os exemplos demonstram a função semântica do Modo: portar a carga da oração como um evento interativo. Por isso ele permanece constante, como o núcleo da proposição, a não ser que algum passo positivo seja dado para mudá-lo, como em

(9) – The duke has given your aunt a new teapot, hasn't he?

(i) – No, he hasn't. But (ii) (a) the duchess has.

(b) he's going to.

(– *O duque deu a sua tia uma chaleira nova, não deu?*

– *Não, não deu. Mas a duquesa deu. / Mas ele vai dar.*)

Aqui, primeiramente se rejeita a proposição (em i), o que permite então formular uma nova, com mudança do Sujeito (em a) ou do Finito (em b).

Certa imprecisão que parece permanecer na definição de Sujeito embasada por tal argumentação é comentada do seguinte modo por Hasan e Fries (1997a: xvii-xviii):

(...) the situational referent of most entities with the representational / experiential role of Agent can, at least in principle, be physically observed by someone somewhere as the agency acting to bring about some process. By contrast, it is not very easy to physically apprehend a 'resting point of the argument'. (...) Nor is it easy to figure out (...) what 'the point of departure' or the 'starting point of a message' looks like (...). We suggest that the source of the problem lies in the nature of interpersonal and textual meanings. The 'reality' to which such meanings relate 'exists' itself only by virtue of semiotic activity – the question of correspondence to something in the extralinguistic world cannot be raised very sensibly.⁶

Os autores prosseguem afirmando que a dificuldade de apontar seus “referentes” não deve ser motivo para rejeitar esses significados abstratos. Ainda que seja problemático oferecer uma caracterização semântica inteligível de certa categoria, é possível mostrar o que se quer dizer demonstrando como a categoria funciona em uso.

Assim, no caso da língua inglesa, Halliday e Thompson, conforme a síntese acima, demonstram o significado do Sujeito a partir de seu papel central

⁶ (...) o referente situacional da maioria das entidades com o papel representacional / experiencial de Agente pode, pelo menos em princípio, ser fisicamente observado por alguém em algum lugar como o actante que age para fazer acontecer algum processo. Ao contrário, não é muito fácil apreender fisicamente um “ponto de apoio do argumento”. (...) Nem é fácil calcular como é “o ponto de partida” ou o “ponto inicial de uma mensagem” (...) Sugerimos que a fonte do problema reside na natureza dos significados interpessoais e textuais. A “realidade” à qual esses significados se relacionam “existe”, ela mesma, apenas em virtude da atividade semiótica – a questão da correspondência a algo no mundo extralingüístico não pode ser muito sensatamente levantada.

em “tags” e respostas, que refletem o funcionamento da oração como evento interativo – ou seja, da oração como troca.

3.2.2. O Sujeito em português

A análise da oração inglesa como evento interativo leva Halliday a postular o Modo (Sujeito + Finito) como função estrutural da oração na perspectiva interpessoal. Se uma estrutura semelhante é ou não pertinente à língua portuguesa depende da análise da forma específica de funcionamento da oração como evento interativo nesta língua. Caffarel (1997), por exemplo, propõe a função Negociador para a língua francesa, com valor semântico análogo ao que o Modo tem em inglês. O Negociador francês, porém, diferentemente do Modo inglês, inclui, no mínimo, o Sujeito, o Finito e o Predicador.

Um estudo completo da questão no português foge aos limites da presente tese. No entanto, dada a necessidade de estabelecer uma base teórica suficiente para o trabalho aqui desenvolvido, são expostas, a seguir, algumas considerações relevantes.

À primeira vista, a forma como respondemos a perguntas em português permite admitir a existência do elemento Modo, formado de Sujeito e Finito, como ocorre em inglês, embora o Finito não tenha a mesma independência morfossintática. Sujeito e Finito aparecem, em português, combinados ao Predicador na maioria dos casos, como nos exemplos em (10), ou separados deste, como nos exemplos em (11):

(10)

(a) – Ela cozinhava bem?

– Cozinhava.

(b) – Vocês fizeram o trabalho conforme mandei?

– Fizemos.

(c) – Felipe gosta de bolo de chocolate?

– Gosta.

(11)

(a) – Eles vão trazer o material?

– Vão.

(b) – A novela tinha começado quando você chegou?

– Tinha.

(c) – Você tem de terminar isso hoje?

– Tenho.

O primeiro problema que se coloca ao desenvolvimento, para o português, de argumentação análoga à que os autores citados apresentam para o inglês aparece nas respostas em (10), em que não é possível separar o Sujeito e o Finito do próprio Predicador, o que esvaziaria a afirmação de que o Sujeito e o Finito constituem, juntos, uma espécie de “núcleo” da proposição. Por outro lado, exemplos como os apresentados em (11) sugerem que não seria interessante postular, para o português, um elemento estrutural de valor interpessoal integrado, minimamente, por Sujeito, Finito e Predicador, como o Negociador francês proposto por Caffarel (1997). Estes últimos exemplos favorecem uma descrição que admita, para o português, um elemento Finito com papel fundamental no funcionamento da oração como evento interativo, e com significado semelhante ao identificado na língua inglesa (situar a proposição no contexto da interação, especificando tempo e modalidade), com a particularidade de que, em certos casos, esse elemento é morficamente indissociável do Predicador (como, aliás, ocorre também em alguns casos em inglês – cf. Halliday 1994a: 72).

Outra questão a ser resolvida no estabelecimento da estrutura da oração como evento interativo em português é a existência de diferentes formas de resposta. A retomada de certos advérbios da pergunta, ou o simples emprego de *não*, por exemplo, sem a retomada nem do Sujeito, nem do Finito, são tipos de resposta freqüentes:

(12)

(a) – A novela já tinha começado quando você chegou?

(i) – Já. (ii) – Não.

(b) – As crianças sempre dormem a essa hora?

– Nem sempre.

Uma investigação adequada dessas diferentes possibilidades de resposta representaria valiosa contribuição à descrição do português em perspectiva sistêmico-funcional. Essa tarefa não será empreendida aqui; no entanto, deve-se salientar que o simples reconhecimento de tais possibilidades fragiliza uma argumentação baseada no papel do Sujeito nas respostas como indício de seu significado como “responsável pela validade da proposição”. Outro problema para essa definição é representado pelas orações sem Sujeito, cujo exemplo típico é o dos verbos que exprimem fenômenos da natureza (*chover, ventar, anoitecer...*). O que dizer da validade da proposição nesses casos? A completa inexistência de um elemento “responsável pela validade” afetaria o “funcionamento da oração como evento interativo”?

Tais questões não serão desenvolvidas, por escaparem aos objetivos do presente trabalho. No entanto, embora esse exame superficial tenha levantado problemas quanto à transposição, para o português, do significado atribuído ao Sujeito na língua inglesa pelos autores citados, sustenta-se aqui a natureza interpessoal do significado do Sujeito. A fim de fundamentar esse ponto, parte-se do significado atribuído pelos referidos autores ao elemento Finito.

A natureza interpessoal do significado do Modo mostra-se mais nítida no caso do elemento Finito, cuja função, mencionada acima, é relacionar a proposição a seu contexto no evento de fala, especificamente estabelecendo referência ao tempo (em relação ao evento de fala) e ao julgamento do falante. Da mesma forma, o Sujeito, ao encerrar em si a expressão das pessoas do discurso, funciona no sentido de relacionar a proposição a seu contexto no evento de fala, assinalando os papéis relativos de falante, ouvinte e referente (“nem falante, nem ouvinte”). A importância desse sentido do Sujeito na construção do significado interpessoal da oração talvez seja menos nítida na língua inglesa, em que a

categoria de pessoa não é tão marcada morficamente. O sistema flexional relativamente mais rico da língua portuguesa garante a marcação de pessoa mesmo na ausência de um item lexical que represente o Sujeito de uma dada oração. E mesmo nos casos em que o Finito ocorre morficamente dissociado do Predicador, como nos exemplos em (11), a expressão da pessoa do discurso é indissociável do Finito. Ou seja, as indicações do tempo em relação ao evento de fala, da modalidade e do lugar relativo dos participantes no evento formam um conglomerado cuja função última é relacionar a proposição a seu contexto no evento de fala. Fica, dessa forma, caracterizada a natureza interpessoal do significado do Sujeito.

Obviamente, a indicação da pessoa do discurso em português não se restringe ao elemento Sujeito, uma vez que pronomes pessoais podem preencher as funções de Complemento e de Adjunto. É no Sujeito, porém, que a categoria de pessoa se mostra mais essencial, a começar pelo critério tradicional de identificação dessa função em português como “o termo com o qual o verbo concorda” (como também é o caso, por exemplo, em francês – cf. Caffarel 1997: 42).

Das três pessoas do discurso em português, a terceira é, sabidamente, a menos marcada. No nível semântico, define-se, de certa forma, “negativamente” – como “nem falante, nem ouvinte”. A realização morfológica desse valor semântico “negativo” é a desinência número-pessoal zero em quase todos os tempos e modos verbais.

Não é gratuito, portanto, o fato de que os verbos impessoais flexionam-se sempre na terceira pessoa do singular. Uma vez que um verbo português em forma finita (isto é, marcado para tempo e modalidade, ao contrário das formas não-finitas) não pode deixar de conter a indicação de uma das pessoas do discurso, a terceira é a que melhor se presta a realizar o significado “inexistência de Sujeito”. De modo análogo, é também a pessoa ideal para realizar o significado “Sujeito indeterminado”, como ocorre nas construções com o clítico *se* examinadas na presente tese.

Dessa forma, pode-se falar em dois casos em que, em sentido genérico, “não há Sujeito” em português. No primeiro caso, o dos verbos impessoais, o Sujeito literalmente inexistente – os verbos não o admitem. No segundo caso, o do Sujeito indeterminado com o clítico *se* (incluindo-se a estrutura aqui denominada

VPS), encontra-se um “Sujeito zero”. Ou seja, de modo análogo ao que ocorre com a categoria “morfema zero” na estrutura dos vocábulos, tem-se, neste segundo caso, uma “ausência que significa”, já que se opõe à presença de outros Sujeitos possíveis (de primeira, segunda ou terceira pessoa propriamente dita) nos mesmos contextos – isto é, com os mesmos verbos.

3.3. A oração como representação – Metafunção ideacional

A linguagem capacita os seres humanos a construir uma imagem mental da realidade, a fazer sentido do que se passa em torno deles e dentro deles. A oração desempenha um papel central nesse domínio porque incorpora um princípio geral para modelar a experiência – o princípio de que a realidade é composta de processos. Além de ser um modo de ação, de dar e pedir bens-e-serviços e informação, a oração também é um modo de reflexão, de impor ordem à infundável variação e fluxo dos eventos. O sistema gramatical pelo qual se consegue isso é a transitividade, que organiza o mundo da experiência num conjunto manuseável de tipos de procesos.

Um processo consiste, em princípio, em três componentes: o processo em si, os participantes e as circunstâncias. Tais categorias semânticas (subjacentes à distinção gramatical entre classes de palavras, como verbos, substantivos...) explicam de modo geral de que forma fenômenos do mundo real são representados como estruturas lingüísticas. Na análise da oração, é preciso reconhecer funções mais específicas que essas e que podem diferir de acordo com o tipo de processo, todas derivadas dessas três categorias gerais.

Ainda segundo Halliday (1994a), existem, em inglês, três tipos principais de processos (materiais, mentais e relacionais), além de outras três categorias “fronteiriças” (comportamentais, verbais e existenciais), que partilham algumas das propriedades dos tipos básicos. A distinção entre essas classes de processos se faz com base em propriedades semânticas que têm repercussões sistemáticas na gramática.

A primeira distinção fundamental se observa entre processos materiais e processos mentais. Processos materiais – processos de “fazer” – têm um Agente obrigatório e um Objeto opcional (p.ex. *the lion sprang / the lion caught the tourist* – o leão saltou / o leão pegou o turista). Podem ser atos e acontecimentos

abstratos (*the mayor resigned; the mayor dissolved the committee* – o prefeito renunciou; o prefeito dissolveu o comitê). Quanto mais abstrato for o processo, mais difícil é a distinção entre Agente e Objeto, como ocorre, por exemplo, em *a new approach is evolving / is being evolved* – uma nova abordagem está se desenvolvendo / está sendo desenvolvida – exemplos de Halliday 1994a: 109ss.).

Com exemplos deste último tipo, Halliday demonstra que, com certos verbos ingleses que exprimem processos materiais mais abstratos (como *evolve* e *combine*), o papel de Agente do constituinte Sujeito pode não ser tão claro. Há, por isso, pouca diferença semântica entre a forma ativa *the schools combined* e a forma passiva *the schools were combined*. Ainda assim, é adequado atribuir status funcional diferente ao participante em cada caso, porque na forma passiva se pode indagar por um Agente específico (“por quem?”), ao contrário do que ocorre na forma ativa.

A transposição para o português de exemplos como esses permite supor que o clítico *se* funciona como recurso gramatical para permitir que inúmeros verbos possam se construir com este duplo padrão: distinção nítida entre Agente e Objeto, ou obscurecimento dessa distinção, como se vê nos casos abaixo:

- (13) a. Um novo método está sendo desenvolvido.
- b. Um novo método está se desenvolvendo.
- (14) a. As duas escolas foram combinadas.
- b. As duas escolas se combinaram.
- (15) a. O congresso será realizado no ano que vem.
- b. O congresso se realizará no ano que vem.

Halliday (1994a: 161-175) esclarece esse fenômeno demonstrando que é possível considerar a representação gramatical dos processos a partir de duas perspectivas: a da transitividade e a da ergatividade. Para compreender a segunda, é preciso reestruturar nosso pensamento, à semelhança da forma como reestruturamos nossa percepção quando olhamos para uma figura que pode ser côncava ou convexa.

Thompson (1996: 112) explica assim a diferença:

The transitivity approach to material processes differentiates sharply between ‘doer’ (Actor) and ‘done to’ (Goal). It is also possible to look at these processes from another perspective, one which focuses on the fact that the process may happen by itself or be caused to happen. In Functional Grammar, this is called the **ergative** perspective.⁷

Ainda segundo o autor, a motivação para se adotar essa perspectiva vem do reconhecimento de que muitos verbos ingleses apresentam certa alternância sistemática entre dois padrões estruturais, conforme exemplificado por

- (16) a. We increased our profits over the year.
 b. Our profits increased over the year. (idem, p.112)
 (a. *Nós aumentamos nossos lucros ao longo do ano.*
 b. *Nossos lucros aumentaram ao longo do ano.*)

A análise dessas orações na perspectiva da transitividade atribui o papel de Agente a *we* em (a), e a *our profits* em (b), sendo que (a) apresenta ainda um Objeto, ao contrário de (b). Tal análise, no entanto, obscurece o fato de que, em ambos os casos, o processo (*increase*) acontece ao participante *our profits*. Na perspectiva da ergatividade, esse participante é analisado como Meio (“Medium”) tanto em (a) como em (b) – trata-se da “sede” do processo, o participante no qual o processo ocorre.

Enquanto na perspectiva da transitividade importa considerar se a ação praticada pelo Ator se estende ou não a um outro participante (o Objeto), na perspectiva da ergatividade o que interessa é se o processo é codificado como acontecendo por si mesmo ou como sendo causado por força externa. É o que explica Thompson (1996: 114):

From the transitivity perspective, the Actor does something, which may or may not affect another participant, the Goal. From the ergativity perspective, on the other hand, the Medium ‘hosts’ a process, which may or may not be caused by another participant, the Agent.⁸

⁷ A abordagem da transitividade para os processos materiais distingue nitidamente “aquele que faz” (Ator) e “aquele a quem se faz” (Objeto). Também é possível olhar esses processos de uma outra perspectiva, uma que focaliza o fato de que os processos podem acontecer por si mesmos ou ser provocados. Na Gramática Funcional, essa é chamada perspectiva **ergativa**.

⁸ Na perspectiva da transitividade, o Ator faz algo, que pode ou não afetar outro participante, o Objeto. Na perspectiva da ergatividade, por outro lado, o Meio “abriga” um processo, que pode ou não ser causado por outro participante, o Agente.

Halliday (1994a) afirma que todos os processos, de qualquer espécie, podem ser analisados de ambas as perspectivas. Outros gramáticos funcionalistas, no entanto, segundo Thompson (1996: 114), consideram as duas perspectivas mutuamente excludentes, de modo que qualquer oração codifica ou uma visão transitiva ou uma visão ergativa do mundo, mas não ambas. Thompson prefere restringir a análise da ergatividade aos verbos de processo material nos quais a mudança é um elemento importante, especialmente quando o verbo é reversível da forma exemplificada em (16).

Para a presente tese, não se faz necessário maior aprofundamento ou detalhamento da questão. O ponto interessante, aqui, é observar que o clítico *se* desempenha um papel importante na alternância entre os sentidos ergativo / não-ergativo de grande número de verbos, como os dos exemplos (13), (14) e (15) acima. Em cada um desses pares, a oração em (b) é não-ergativa – ou seja, o processo é codificado como acontecendo sem causação externa, com o sentido de “evento espontâneo”. Nas orações em (a), a existência de causação externa fica implícita na forma passiva – sempre se pode perguntar “por quem?”, ou incluir um constituinte com o papel de Agente na estrutura da oração.

O segundo tipo de processo são os mentais (processos de “perceber”, incluindo percepção sensorial, emocional e cognitiva), que têm como participantes um Experienciador (“Sensor”) e um Fenômeno (“Phenomenon”), e se distinguem gramaticalmente dos materiais através de cinco critérios. Em primeiro lugar, nos mentais há sempre um participante dotado de consciência – humano ou representado como humano. Em segundo lugar, o outro participante pode ser não apenas uma “coisa”, como nos processos materiais, mas também um “fato”. Assim, as entidades que podem preencher o papel de Experienciador nos processos mentais correspondem a uma classe semântica mais restrita que a classe daquelas que podem representar o papel de Agente nos processos materiais. Inversamente, as entidades que podem representar a função de Fenômeno – o que é percebido, sentido ou pensado nos processos mentais – constituem uma classe semântica mais ampla que a das entidades que podem ser Objeto nos processos materiais. “Fatos”, que podem funcionar como Fenômeno e são tipicamente expressos em forma de oração subordinada, não podem ser participantes nos processos materiais, uma vez que podem ser percebidos, mas não podem “fazer”

nada, nem se pode “fazer” nada a eles. Frequentemente, essa situação é assinalada pelo emprego da própria palavra *fact* (*Mary was pleased that she'd got a present / Mary was pleased by the fact that she'd got a present – Mary gostou de ter ganhado um presente / Mary gostou do fato de ter ganhado um presente*).

Outra diferença entre os dois tipos de processos é que, em inglês, o presente simples é o tempo verbal não-marcado para processos mentais, enquanto o presente contínuo é o tempo não-marcado para os materiais (*she likes the gift / they're building a house – ela gosta do presente / eles estão construindo uma casa*). Além disso, processos mentais, ao contrário de materiais, não podem ser substituídos por “fazer” – são impossíveis ocorrências como – *O que Maria fez com o presente? – Ela gostou* ou *O que João fez foi saber a resposta*.

Finalmente, os processos mentais podem ser representados com frequência por pares como *like / please, fear / frighten, notice / strike*, nos quais se alterna a coincidência do Sujeito com o Experienciador ou o Fenômeno, equivalências semânticas sistemáticas que processos materiais não apresentam (*I fear it / it frightens me – Eu temo isso / isso me amedronta – exemplos de Halliday 1994a: 115ss.*).

Quanto a esse ponto, é novamente interessante observar, como se fez acima no caso dos verbos de processo material, que o clítico reflexivo (nas diferentes pessoas), em português, funciona como recurso gramatical que viabiliza um emparelhamento semântico semelhante ao que ocorre com os verbos ingleses de processo mental exemplificados acima, permitindo, dessa forma, uma espécie de ampliação do léxico. Por exemplo:

- (17) a. O barulho assustou o bebê.
- b. O bebê se assutou com o barulho.
- (18) a. O trabalho impressionou o professor.
- b. O professor se impressionou com o trabalho.
- (19) a. Seu cinismo me irrita.
- b. Eu me irrita com seu cinismo.

O terceiro tipo básico de processo são os relacionais (processos de “ser”), que estabelecem uma relação entre duas entidades separadas (*Sarah is wise; the fair is on a Tuesday; Peter has a piano – Sarah é sábia; a feira é numa terça;*

Peter tem um piano – exemplos de Halliday 1994a: 119.). Os demais tipos de processos são os comportamentais (como *olhar, chorar, dançar*, com algumas das características dos materiais e mentais), os verbais (como *dizer, perguntar, descrever*, situados entre os mentais e os relacionais por Halliday 1994a, porém entre os mentais e os materiais por Thompson 1996) e os existenciais (como *haver, ocorrer, prevalecer*, com características de relacionais e materiais). Sendo assim, nosso modelo da experiência, conforme interpretado através do sistema gramatical da transitividade, é de regiões num espaço contínuo, mas a continuidade não se dá de forma linear, entre dois pólos, e sim de forma circular.

Na presente pesquisa, admite-se que o modelo da transitividade apresentado por Halliday (1994a) para o inglês se aplica, em suas linhas mais gerais, ao português. O que importa investigar, aqui, é se os diferentes tipos de processos constituem fatores na escolha do falante entre VPA e VPS.